

AS GENTES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: das margens dos rios às periferias urbanas

*Alexandra Lima da Silva
Maria Aparecida Corrêa Custódio*

Resumo

Quem são as gentes da história da educação? Agentes? Sujeitas? Mulheres de ontem? Às margens? Periféricas? Quando as margens dos rios encontram o asfalto das cidades? De quem é a rua asfaltada? Atravessam pontes? Cruzam fronteiras? Transitam nas encruzilhadas? Vozes silenciadas? Invisíveis ou invisibilizadas? Quem pode falar? Quem escuta? Quem tem medo do corpo vilipendiado da mulher negra? Quem escuta a criança violada? Quem exuma os ossos dos mortos? Vidas negras importam? Existe amor no encontro das vozes dissidentes? Solitárias? Solidárias? Quem se levanta? Quem se aquilomba? Consciência crítica para quem? Quem ensina a transgredir? Quem evade? Quem permanece? Quem rompe barreiras? Quem se afoga na inundação? Quem resiste? Quem se movimenta? Para onde vai? Quem encontra o caminho de volta para casa? Quem volta para a beira do Rio? Para o fundo do poço? Para o fundo do mar? Para a cova rasa? Para a vala exposta? Futuro para quem? O futuro é um espectro de cores. Luto é verbo. Para as pessoas que vivem às margens, periféricas, (in)visíveis, plurais, potentes.

Palavras-chave: história da educação; interseccionalidades; questões de gênero, classe, raça e sexualidade.

THE PEOPLE IN THE HISTORY OF EDUCATION: from riversides to urban peripheries

Abstract

Who are the people of the history of education? Subjects? Women of yesterday? On the margins? Peripheral? When riversides meet the asphalt of cities? Whose street is paved? Do they cross bridges? Do they cross borders? Do they navigate crossroads? Silenced voices? Invisible or invisibilized? Who can speak? Who listens? Who fears the violated body of the Black woman? Who listens to the violated child? Who exhumes the bones of the dead? Do Black lives matter? Is there love in the meeting of dissenting voices? Solitary? Solidary? Who rises? Who gathers in a quilombo? Critical consciousness for whom? Who teaches to transgress? Who evades? Who stays? Who breaks barriers? Who drowns in the flood? Who resists? Who moves? Where do they go? Who finds the way back home? Who returns to the riverbank? To the bottom of the well? To the depths of the sea? To the shallow grave? To the exposed ditch? Future for whom? The future is a spectrum of colors. Mourning is a verb. For the people who live on the margins, peripheral, (in)visible, plural, potent.

Keywords: history of education; intersectionalities; issues of gender, class, race, and sexuality.

Resumen

¿Quiénes son las personas en la historia de la educación? ¿Agentes? ¿Sujetos? ¿Mujeres de ayer? ¿En los márgenes? ¿Periféricas? Cuando los márgenes de los ríos encuentran el asfalto de las ciudades, ¿de quién es la calle asfaltada? ¿Atraviesan puentes? ¿Cruzan fronteras? ¿Transitan en las encrucijadas? ¿Voces silenciadas? ¿Invisibles o invisibilizadas? ¿Quién puede hablar? ¿Quién escucha? ¿Quién teme el cuerpo vilipendiado de la mujer negra? ¿Quién escucha al niño violado? ¿Quién exhuma los huesos de los muertos? ¿Las vidas negras importan? ¿Existe amor en el encuentro de las voces disidentes? ¿Solitarias? ¿Solidarias? ¿Quién se levanta? ¿Quién se agrupa en el quilombo? ¿Conciencia crítica para quién? ¿Quién enseña a

transgredir? ¿Quién evade? ¿Quién permanece? ¿Quién rompe barreras? ¿Quién se ahoga en la inundación? ¿Quién resiste? ¿Quién se mueve? ¿Hacia dónde va? ¿Quién encuentra el camino de vuelta a casa? ¿Quién regresa a la orilla del río? ¿Al fondo del pozo? ¿Al fondo del mar? ¿A la fosa común? ¿Al foso expuesto? ¿Futuro para quién? El futuro es un espectro de colores. El luto es un verbo. Para las personas que viven en los márgenes, periféricas, (in)visibles, plurales, poderosas.

Palabras clave: historia de la educación; interseccionalidades; cuestiones de género, clase, raza y sexualidad.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INTERSECCIONALIDADES

Esta seção temática se propôs a discutir os desafios da História da Educação e Interseccionalidades, com objetivo de reunir trabalhos que explorassem os intrincados cruzamentos entre a história da educação e as múltiplas interseções de identidades, contextos sociais, políticos, religiosos e culturais no campo educacional. A seção buscou, ainda, contribuições que investigassem a história da educação sob diversas perspectivas interseccionais, considerando questões de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, habilidades, religiões entre outros aspectos que permeiam as experiências educacionais ao longo do tempo e nos diversos espaços geopolíticos e socio-geográficos, desde as margens dos rios até as periferias urbanas.

Sabemos que não há uma definição padrão de interseccionalidade¹, mas o conceito remete à ideia da existência de uma estrutura de dominação que explica como os sistemas de intersecção de poder constituem vertentes ou componentes da dominação política, nos termos de Patricia Collins:

A matriz de dominação se refere a como a dominação política em nível macro de análise é organizada por meio de sistemas de opressão que se cruzam. O heteropatriarcado, o neocolonialismo, o capitalismo, o racismo e o imperialismo constituem formas de dominação que caracterizam a geopolítica global, assumindo diferentes formas entre os Estados-nações e que influenciam todos os aspectos da vida social. A ênfase da interseccionalidade na intersecção de sistemas de opressão sugere que diferentes formas de dominação possuem suas próprias redes de energia, uma “matriz” distinta de intersecção de dinâmicas de poder (Collins, p. 16, 2002).

No entanto, a autora supracitada afirma que as formas de dominação e intersecção dos sistemas de opressão são diferentes entre os países e as culturas, ou seja, no Brasil as interseções entre racismo, sexismo e capitalismo não são as mesmas que ocorrem nos Estados Unidos, embora ambos tenham histórias de dominação a compartilhar, como aponta a própria Collins. No caso do Brasil, isso fica evidente quando lemos os artigos que mostram as variadas tramas da história da educação que as pessoas negras vivenciaram e que são analisadas nesta seção temática. Mas não somente das gentes negras, como discutiremos mais adiante.

O mais importante, a nosso ver, é que esta seção temática está alinhada com a discussão de interseccionalidade que visa a não apagar as histórias da educação impregnadas de “[...] ideias e ações de mulheres negras, latinas, pessoas pobres, pessoas LGBTQIAPN+ e grupos subordinados da narrativa legítima da interseccionalidade” (Collins, p. 12, 2002). Isso porque procuramos valorizar análises que ampliam o entendimento das dinâmicas educacionais, destacando a

¹ No campo das investigações do movimento feminista negro, Carla Akotirene (2019) discute interseccionalidade como ferramenta analítica pensada por feministas negras para analisar a identidade e a relação com o poder, não sendo exclusiva para mulheres negras. A iniciativa se deve a experiências e reivindicações intelectuais que não eram observadas nem pelo feminismo branco e nem pelos movimentos antirracistas que eram focados nos homens negros.

complexidade das relações entre os sistemas de ensino, as políticas educacionais, as instituições educativas e a diversidade de indivíduos que moldam e são moldados por esses contextos e que viveram (ou vivem ainda) experiências históricas a partir das margens dos rios ou das periferias urbanas, seja em um tempo mais antigo, seja no tempo presente. Nessa reflexão, trazemos a questão da resistência, aspecto que aparece de variadas formas na História da Educação das gentes retratadas nesta seção, fazendo-nos compreender que, onde há sistemas de opressões, há também enfrentamentos difusos.

As gentes, seus corpos e suas existências plurais: no passado, no presente e no futuro

*Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Ninguém diz violentas
Às margens que o cerceiam.
(Bertold Brecht)*

Um mosaico de vozes, cores e corpos em movimento fazem parte deste eixo. Aqui, as águas doces e os asfaltos se encontram, metaforicamente, na forma de artigos que procuram evidenciar as diferentes vozes e anseios de sujeitas e sujeitos que, como nos ensina bell hooks (2019), ousaram “erguer a voz”. A luz de Lamparina nunca brilhou nas histórias em quadrinhos da revista infantil O Tico-Tico. Para as autoras Ana Cristina Pereira Lage e Clarisse Mendes, a criação da personagem Lamparina serviu para reforçar o preconceito e o racismo presentes no imaginário social, no artigo *A personagem Lamparina: Educação e racismo na revista O Tico-Tico (1928-1944)*.

Mariana do Berimbau (Mariana Machado Rocha) deu visibilidade à existência de Jacinta Maria de Santana, mulher negra, cujo corpo foi mumificado e exposto na Faculdade de Direito da USP no início do século XX. O artigo entrega um debate sensível e necessário: vidas negras importam? Até quando corpos de mulheres negras serão objetificados e invisibilizados?

O artigo *Um núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo (USP): A missão da idealizadora de um quilombo* em muita medida dialoga com o artigo de Mariana do Berimbau, pois ambos analisam a presença de mulheres negras na USP. As autoras Juliana da Silva Siqueira e Ana Luiza da Costa colocam em cena o protagonismo de Jupiara Castro, idealizadora e uma das fundadoras do Núcleo de Consciência negra da USP, em 1987.

Sirva-se: esse é o título da autobiografia do barítono Raimundo Pereira, homem negro, nordestino e gay, foco das análises de Marcia Pereira de Oliveira e Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti, no artigo *Corpos interditados no Brasil das desigualdades históricas: educação e LGBTfobia na trajetória do barítono Raimundo Pereira (1990-2006)*. Raimundo Pereira se apropriou de seu corpo e ergueu a própria voz na luta contra o esquecimento, contra a homofobia, contra a xenofobia e contra o racismo.

Por meio do artigo *Alberto de Assis: Professor, autor e intelectual na História da educação da Bahia republicana*, a autora Cristina Ferreira de Abreu e o autor Gilmário Moreira Brito deram visibilidade à trajetória de um professor e intelectual nascido na Bahia, para o qual o uso da palavra escrita foi ferramenta de luta por melhores condições de trabalho.

A voz também foi erguida por docentes negros na cidade de Salvador, no ano de 1918. Este é o foco do artigo *A greve e seus atravessamentos interseccionais na cidade de Salvador em 1918*. As autoras Ladjane Alves Sousa e Solyane Lima sinalizam para a importância de analisar o tema numa perspectiva interseccional, a partir dos atravessamentos entre as categorias de raça, gênero e classe.

Conforme ensina Angela Davis (2015), “a liberdade é uma luta constante”. E, certamente, o legado de professores negros do início do século XX segue vivo nas lutas do tempo presente, nas experiências de estudantes negras e negros do século XXI. O artigo *Cotistas raciais e o mercado de trabalho: a trajetória dos egressos da Unipampa de 2015 a 2022*, de autoria de Bruna Martins da Rosa e Suzana Cavalheiro de Jesus, é um convite a esta reflexão, tão necessária.

E qual o lugar dos corpos das gentes negras no futuro? Combinando elementos da cultura africana, ficção científica e futurismo, o afrofuturismo é o cerne das análises de Fábio dos Santos Coradini e Edméa Oliveira dos Santos, no artigo *Afrofuturismo na educação: um estado da arte*.

Cruzando fronteiras geográficas e ouvindo outras vozes e outro idioma, a seção convida a desembarcar no México, onde classe foi a categoria central nas análises de Alejandro Lopez no artigo *El magistério em México: entre la educación socialista y la “escuela del amor” (1940-1943)*. O artigo confere destaque às disputas em torno de projetos distintos de mundo e de educação.

Mulheres in(comuns), crianças des(validas) e população ribeirinha: intersecções entre histórias da educação das gentes pobres ou contra os sistemas de dominação

As pesquisas sobre instituições educativas de e para mulheres têm sido realizadas com empenho pela historiografia educacional nas últimas quatro décadas e ainda hoje ancoram muitas investigações fundamentadas na perspectiva de gênero e nos estudos feministas. E, nos últimos anos, as questões relativas à história das mulheres e seus enredamentos com a Educação, no domínio maior da História da Educação brasileira, adotam como ferramenta analítica perspectivas teórico-metodológicas que levam em consideração histórias de vida, trajetórias profissionais e memórias que são localizadas em preciosas fontes documentais, jornalísticas e orais, ou são relidas em trabalhos monográficos.

Assim, as mulheres são flagradas em suas redes de sociabilidade a partir de seus espaços de atuação na área da Educação ou de suas experiências formativas e educativas. Uma coisa é certa: as mulheres ainda precisam se mostrar na História da Educação, ainda são gentes escondidas, sobretudo, em uma sociedade capitalista, sexista e racista como é o caso do Brasil e de muitos outros países. Não é de hoje essa situação como investigou há muitos anos Michelle Perrot (2010), em sua célebre história dos e das excluídas para o caso europeu, mas que é válida para todo o universo ocidental.

Nesta seção, três artigos enfrentam essa temática e nos apresentam com personagens pouco conhecidas da História da Educação. Dois deles apresentam personagens femininas que transitaram em territórios do Sudeste do Brasil e um artigo retrata mulheres da região Nordeste.

Paloma Rezende de Oliveira e Nailda Marinho da Costa, em seu artigo – *Abigail Botelho Reis: considerações sobre a escrita de uma trajetória profissional (1910-1935)* –, trazem a figura de Abigail Botelho Reis (1890-1946), que é analisada em sua trajetória profissional, entre os anos de 1910 e 1935, período em que ela atuou como educadora e colaboradora de jornal, em Leopoldina (MG) e no Rio de Janeiro (RJ). A partir de fontes jornalísticas e outros documentos, as autoras buscam compreender Abigail Botelho como mediadora cultural no campo da imprensa, uma sujeita educadora que produz conhecimentos e comunica ideias e, assim, promove intervenção política e social apesar do contexto político e patriarcal da época, sobretudo da região de origem de Abigail. Ela viveu apenas 56 anos!

Geovane Dantas Lacerda e Rodrigo Lages e Silva, em seu artigo – *Transportar para uma casa o seu próprio coração: Armanda Álvaro Alberto através das ideologias do século XX* –, apresentam a figura de Armanda Álvaro Alberto (1892-1974), que foi diretora da Escola Regional do Meriti (Duque de

Caxias - RJ) e ativista de vários movimentos. O período de análise é a primeira década do século XX, quando Armanda Alberto se envolve com a Associação Brasileira de Educação e a União Feminina do Brasil, sendo sua primeira presidente; e, ainda, sua participação como signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Com base nesses eventos e a partir de fontes monográficas e documentais, os autores contextualizam a trajetória e os embates de Armanda Álvaro com as forças políticas da época, que estavam fundamentadas em ideologias pautadas nos conhecidos princípios do higienismo, do autoritarismo e do racismo, os quais foram enfrentados com práticas de resistências protagonizadas por figuras como Armanda Álvaro Alberto. Ela viveu 82 anos.

Francisco Gomes Vilanova, em seu artigo – *“Na minha época o professor era valorizado, o professor era gente, o professor era bem visto”: trajetórias de professoras piauienses em relatos de memória* –, trabalha com relatos orais de cinco professoras aposentadas do Piauí, entrecruzados com outras fontes documentais, como mensagens de governo e matérias de jornais. O recorte temporal atravessa as décadas de 1950 e 1970, período no qual as protagonistas ingressaram no magistério. Esse estudo vincula-se ao campo da História da Educação, associado às postulações da Nova História Cultural, o que possibilitou chegar até essas mulheres comuns e, como conclui o autor, desse modo tirar suas memórias do silêncio e do esquecimento.

Passamos agora a tratar de outra questão importante para esta seção temática: a História da Educação das gentes pequenas, as crianças, que aparecem sob vários ângulos nas narrativas históricas que comentaremos a seguir, mas todas elas entrelaçadas a um fio comum: tratam-se de crianças pobres, que viveram uma história marcada pela ordem capitalista imposta às famílias pobres e a suas crianças e contraposta por elas. As crianças que são retratadas nos artigos foram garimpadas em documentação e histórias vivenciadas no Maranhão (MA), em Pelotas (RS) e Caxias (RS).

Isabela de Cássia Costa Vieira, Valéria Luíza Costa Gonçalves e Rosyane de Moraes Martins Dutra, em seu artigo – *O surgimento do Jardim de Infância no Maranhão: do privado ao público, dos ricos aos pobres* –, analisam o processo de institucionalização do Jardim da Infância no Maranhão, no século XIX. Por meio de fontes jornalísticas e de revistas, localizadas no acervo digital da Biblioteca Benedito Leite de São Luís, as autoras apontam que esse processo promoveu inicialmente o acesso das classes abastadas à educação infantil. Nesse sentido, o Jardim da Infância foi inovador para elas, mas segregacionista, privando o acesso da classe trabalhadora. Todavia, o Jardim da Infância também se tornou alvo da luta social da população pobre e sua democratização se deu depois de muito anseio social. Podemos conjecturar um vestígio de ambiguidade nesse processo histórico investigado: se, de um lado, as famílias pobres passaram por um processo de politização ao lutarem e conquistarem o acesso ao Jardim da Infância; por outro lado, seus bebês e crianças pequenas, ao ingressarem no Jardim, eram educados na linha moralizante devido a sua vulnerabilidade socioeconômica. Outro vestígio de ambiguidade pode ser vislumbrado e provavelmente não deve ter ocorrido somente no estado do Maranhão: segundo as autoras, o século XIX testemunhou o desejo por uma educação popular para as crianças pequenas, mas viveu a escassez de recursos para mantê-las escolarizadas.

O artigo *“As crianças no Visconde da Graça: silêncios em gritaria”* apresenta uma proposta teórico-metodológica pouco usada na História da Educação: a etnografia documental. A rigor, o método etnográfico é um método específico da pesquisa antropológica (Rocha e Eckert, 2008). No entanto, não é incomum vermos antropólogos recorrendo a fontes históricas para desenvolver trabalhos etnográficos, como fez Marta Amoroso (2014) ao contextualizar, descrever densamente

e analisar profundamente os aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e etnoculturais dos aldeamentos dirigidos por frades capuchinhos, no Sul do Brasil, no período imperial. O contrário também pode ocorrer, ou seja, historiadores da educação utilizarem a etnografia documental para investigar contextos, sujeitos, grupos, dinâmicas, sistemas, bastidores, silêncios, fotografias e uma série de questões que surgirem ao longo do percurso etnográfico junto à documentação procurada, localizada, tratada e analisada. É assim que vemos, no artigo em foco, os guris do Visconde da Graça sendo flagrados, observados e inquiridos em suas fotografias e documentos, que registram variados momentos vivenciados em uma instituição fundada em 1923, na cidade de Pelotas (RS), com fins de educação agrícola para meninos pobres, concebidos como jovens gerações úteis à nação em suposto desenvolvimento acelerado. Desse modo, a historiografia dos “menores desvalidos” ganha uma nova abordagem e as crianças mencionadas nos documentos e imagens do Visconde da Graça podem expressar suas vozes e gritarias.

Fernando Cezar Ripe e Marcelo Marin Alves, em seu artigo – *Micro-histórias comparadas da violência sexual sobre sujeitos infantis: análise de dois processos criminais da cidade de Caxias, RS durante a Primeira República* –, discutem um tema tão atual a ponto de imaginarmos, a princípio, tratar-se de uma situação muito próxima de nós, em função dos inúmeros casos de violência sexual contra as crianças da atualidade. Sem dúvida, o tempo presente, marcado pelo reconhecimento das minorias e seu agenciamento, nos ajuda a formular questões sobre as minorias do passado e seus possíveis agenciamentos. Como afirma Michel de Certeau (2008), um historiador produz a escritura da história a partir do seu presente, de sua relação com os poderes que governam a história, a partir das questões de um grupo social que busca respostas para suas inquietações do momento. Esse parece ser o sentido do artigo de Ripe e Alves, que está inscrito no campo da História da Educação e da Infância e faz uma análise comparada de duas micro narrativas históricas, na linha ginzburguiana e na esteira do minucioso e clássico estudo de Boris Fausto (2014) sobre criminalidade em São Paulo. Como sintetizam os autores, a análise histórica sobre os processos criminais envolvendo o abuso sexual de um menino de 10 anos e de uma menina de 11 anos permite compreender os regimes de educabilidade de uma determinada sociedade. E como essa sociedade lida com a violência e a sexualidade, em um tempo sem as atuais garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes, dizemos nós. Além disso, podemos concordar com eles quando dizem: ao se problematizar essas queixas-crime, percebe-se que, “[...] embora fossem previstas nos códigos penais da época, os casos de violência sexual contra crianças derivam de múltiplos determinantes sociais, o que os torna passíveis de análise histórica e potencialmente originais para investigações interseccionais na História da Educação brasileira”.

Finalmente, temos os bastidores da História da Educação das gentes ribeirinhas, ou seja, daquelas pessoas que vivem nas margens do lago Tefé, formado pelo alargamento do rio de mesmo nome, no estado do Amazonas. Essas gentes não tiveram a oportunidade de iniciar sua escolarização durante a infância, mas vivenciaram um processo tardio de alfabetização e formação devido a um movimento educativo relevante. É esse movimento que Leni Rodrigues Coelho analisa em seu artigo: *Navegando pela história do Movimento de Educação de Base e margeando suas propostas educativas: Tefé/AM (1963-1973)*. O MEB, como explica a autora, foi criado a partir de 1960 e estava ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo financiado pelo Governo Federal naquela época. Chegava até os territórios mais distantes do país por meio de escolas radiofônicas. A prioridade eram as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por apresentarem indicadores sociais e econômicos com maior vulnerabilidade. Em Tefé, o MEB desenvolveu suas atividades durante 40 anos (1963-2003), oferecendo às populações ribeirinhas cursos de

alfabetização e treinamentos de educação sanitária, orientação religiosa etc., via radiodifusão. No artigo, Leni Coelho analisa as propostas educativas do MEB em Tefé, no período de 1963 a 1973. Utiliza como fontes documentais os relatórios, as propostas pedagógicas, os termos de convênios, os scripts e as matérias jornalísticas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Suas conclusões apontam que, de um lado, o MEB de Tefé envolveu a população ribeirinha em práticas relacionadas à educação, à saúde, ao lazer, à religião e à cultura. De outro lado, utilizando-se do MEB, a Igreja Católica se fez presente em áreas longínquas do país, como o Norte, assumindo, muitas vezes, o papel do Estado. Podemos compreender as conclusões da autora para o caso de Tefé, e certamente de muitos outros lugares do Brasil, quando sabemos que trata-se da ala progressista da Igreja Católica que, no período, se comprometia com a melhoria das condições econômicas, sociais e culturais da população pobre latino-americana e caribenha e, por essa razão, se preocupava com a educação popular (alfabetização) e a educação libertadora (conscientização), na mesma linha político-pedagógica de Paulo Freire (Libânio, 1997).

Sejam os artigos sobre as gentes negras, sejam os artigos sobre as gentes mulheres, sejam os artigos sobre as gentes pequenas, sejam os artigos sobre as gentes ribeirinhas, belas narrativas para a costureira História da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que esta seção possa oferecer um subsídio para aprofundar nosso entendimento sobre como as interseccionalidades do saber têm impactado o campo da História da Educação.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- CERTEAU, MICHEL DE. *A escrita da história*. 2. e. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- COLLINS, Patricia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. *Sociologias Plurais*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 11-44, jan., 2022.
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. e. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.
- LIBÂNIO, João Batista. Caminhada da educação libertadora: de Medellín aos nossos dias. *Revista de Educação da AEC*, São Paulo, n. 105, p. 9-18, 1997.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 5. e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; Eckert, Cornélia. Etnografia: saberes e práticas. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-23, 2008.

Submetido em junho de 2024

Aprovado em junho de 2024

Informações das autoras

Alexandra Lima da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: alexandra.silva@uerj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0310-7896>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3035434886894830>

Maria Aparecida Corrêa Custódio
Universidade Federal do Maranhão
E-mail: mac.custodio@ufma.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2962-2228>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0975054361142980>